https://dx.doi.org/10.35499/tl.v19i1.23837

CONSTRUÇÕES COM OBJETO INCORPORADO OU CONSTRUÇÕES COM VERBO LEVE? UMA ANÁLISE DE SENTENÇAS COM DP NU OBJETO EM MÍDIAS DIGITAIS

DANIELA ALVES (UFS)*
https://orcid.org/0000-0002-9872-1775

RESUMO

Este trabalho discute sobre o DP nu objeto do português brasileiro (PB) em construções coletadas em mídias digitais, procurando investigar se se tratam de construções com objeto incorporado ou construções com verbos leves (CVLs). Para descrição e análise dos dados, adotam-se, principalmente, as perspectivas gerativistas de Longobardi (1994), Dayal (2015), Taveira da Cruz (2008) e Ribeiro e Cyrino (2011). Na literatura especializada, argumentam-se que o nome nu objeto raramente possui valor referencial (Wall, 2013) e que qualquer nome nu objeto singular é um objeto incorporado (Saraiva, 1992). Este estudo, seguindo Taveira da Cruz (2008), assume que a incorporação é uma opção. Nesse sentido, o DP nu objeto pode integrar tanto construções com objetos incorporados, quando expressa atividade institucionalizada, quanto CVLs, quando exprimem leitura composicional, com nome objeto referencial (Ribeiro; Cyrino, 2011). Nesse último caso, o DP nu pós-verbal aparece modificado por constituintes que o particulariza e também com comportamento variável de presença/ausência do determinante, devido ao fato de as informações, para cobrir a ideia adequada, serem dadas pelo contexto, possibilitando que o determinante fique ausente (Ribeiro; Cyrino, 2011). Este estudo justifica-se por suscitar reflexões e questionamentos quanto à natureza do DP nu pós-verbal no PB.

Palavras-chave: DP nu; Objeto incorporado; Construção com verbo leve; PB; Mídias digitais.

ABSTRACT

CONSTRUCTIONS WITH INCORPORATED OBJECT OR CONSTRUCTIONS WITH LIGHT VERB? AN ANALYSIS OF SENTENCES WITH BARE DP OBJECT IN DIGITAL MEDIA

This paper discusses the bare DP object of Brazilian Portuguese (BP) in cons-

* Professora Adjunta de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (UFS – Campus São Cristóvão). É doutora e mestra em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e licenciada em Letras Vernáculas pela UFBA. É membro do grupo de pesquisa Gramaticoteca Brasil da UnB, na linha Aprendizagem Linguística Ativa e interfaces. Lattes: https://lattes.cnpq.br/3512945188167323. E-mail: daniela.ufs2024@academico.ufs.br.

tructions collected in digital media, seeking to investigate whether they are constructions with incorporated objects or constructions with light verbs (CVLs). For the description and analysis of the data, the generative perspectives of Longobardi (1994), Dayal (2015), Taveira da Cruz (2008) and Ribeiro and Cyrino (2011) were mainly adopted. In the specialized literature, it is argued that the bare noun object rarely has a referential value (Wall, 2013) and that any bare singular noun object is an incorporated object (Saraiva, 1992). This study, following Taveira da Cruz (2008), assumes that incorporation is an option. In this sense, the bare DP object can integrate both constructions with incorporated objects, when it expresses institutionalized activity, and CVLs when they express compositional reading, with a referential object name (Ribeiro; Cyrino, 2011). In the latter case, the post-verbal bare DP appears modified by constituents that particularize it and also with variable behavior of presence/absence of the determiner, due to the fact that the information, to cover the adequate idea, is given by the context, allowing the determiner to be absent (Ribeiro; Cyrino, 2011). This study is justified by raising reflections and questions regarding the nature of the post-verbal bare DP in BP.

Keywords: Bare DP; Incorporated object; Light verb construction; PB; Digital media.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discutimos as características e o comportamento sintático-semântico do nome nu objeto no português brasileiro (doravante, PB), com o objetivo de identificar particularidades que possam comprovar ou refutar a hipótese de que sentenças com nomes nus objetos que constituem o *corpus* deste trabalho são construções com verbos leves, tendo em vista que teriam um nome específico/referencial (Alves, 2022), e não construções com objeto incorporado, uma vez que não denotam leitura de atividade institucionalizada (Taveira da Cruz, 2008).

Nomes nus, conforme a literatura, são aqueles que ocorrem sem um determinante aparente, foneticamente realizado. Todavia, há autores, como Longobardi (1994), que defendem a tese de que sempre há uma projeção de determinante, ou seja, que na Forma Lógica não há nenhuma nudez, pois, mesmo que não ouçamos, há um determinante encabeçando o DP[1].

Os estudos sobre os nomes nus nas línguas naturais acontecem desde Carlson (1977) sobre o plural nu no inglês, no qual o autor afirma que o plural nu é um nome próprio de espécie. Desde então, muitos pesquisadores se dedicaram ao assunto, e, quando se trata do fenômeno no PB, há uma vasta literatura, porém com algumas discordâncias teóricas e empíricas, principalmente, no que diz respeito ao seu comportamento sintático-semântico. Alguns autores analisam o nome nu no PB como sendo do tipo semântico argumento <e>[2], assim consiste sintaticamente em um DP (Ribeiro; Cyrino, 2011); outros autores consideram que o nome nu

1 Algumas siglas apresentadas no texto: DP = *Determiner Phrase* ou Sintagma Determinante; NP = *Nominal Phrase* ou Sintagma Nominal (SN); PP = *Prepositional Phrase* ou Sintagma Preposicional.

2 <e> = entidade.

no PB é do tipo semântico predicado <e,t>[3], logo sintaticamente um NP (Muller, 2002); e há autores que afirmam que os nomes nus são ambíguos, podendo ser um NP ou um DP a depender das diferentes estruturas de argumento dos verbos (Cyrino; Espinal, 2011). Essa discussão, particularmente, interessa aos propósitos deste estudo, uma vez que também assumimos a hipótese de que nomes nus das construções que constituem o *corpus* deste artigo são DPs.

O *corpus* de dados escritos a ser analisado é constituído por sentenças formadas pelos verbos *dar* e *fazer* mais nominalizações em *-ção*, *-mento* e *-ada*, coletadas em variados sítios digitais com o auxílio da ferramenta de busca Google. A escolha desses verbos se deve ao fato de comporem o conjunto de verbos mais produtivos no PB. Já a delimitação dessas nominalizações ocorre porque, além de serem os sufixos mais produtivos da nossa língua (Rocha, 1999), construções com a combinação *dar* e *fazer* mais nominalizações em *-ção* e *-mento* foram pouco exploradas. Embora construções com *dar* mais nominalizações em *-ada* já tenham sido discutidas (Scher, 2004 etc.), não se verificam na literatura estudos que abordem tais construções tendo como foco o DP, nem buscando verificar se o fato de terem um nome nu são construções com verbo leve ou construções com objeto incorporado.

Este texto está organizado da seguinte maneira: a primeira seção, trata da possibilidade de nomes nus no PB serem DPs, bem como elementos referenciais, uma discussão que auxiliará na descrição dos dados deste estudo; na segunda seção, apresentamos as propriedades de uma construção com objeto incorporado, apontando se as sentenças com nomes nus objeto no PB podem receber tal classificação; na terceira seção, definimos construções com verbo leve; em seguida, na quarta seção, descrevemos o comportamento das sentenças que constituem o *corpus* deste trabalho, na tentativa de responder a questão que intitula o artigo. Por fim, trazemos as considerações finais.

NOMES NUS DO PB: DPS E REFERENCIAIS?

Segundo Ribeiro e Cyrino (2011), nomes nus são DPs que podem denotar leitura específica e inespecífica. Tal posicionamento das autoras se dá com base em alguns comportamentos dos dados de dois *corpora* de brasileiros afrodescendentes. Conforme as pesquisadoras, nos *corpora* analisados, foi verificado que o DP nu indefinido pode ser usado no lugar de *um*, seja com leitura específica, como em (1), seja com leitura inespecífica, como em (2).

(1) a. um filho de **menina** que morreu um dia desse.
b. inda lá tem **mata** grande.

(2) a. Inda mais você encontrá **vestido**!
b. bastava **lenço** nos peito.

(Ribeiro; Cyrino, 2011, p. 172)

De acordo com as estudiosas, a variação entre presença e ausência do determinante foneticamente realizado está bem clara no exemplo em (3) a seguir, em que, na primeira menção, o determinante indefinido está foneticamente realizado; nas outras menções, ocorre um DP nu.

(3) Lá vem Santa, marrá **um pano** na minha cabeça! Minha cabeça tá muito branca! (...) -

Sim. Vô marrá pano, que cabeça tá muito branca! (....) T'aí tudo branca! Vô marrá **pano**! Gente vai caçuá da minha cabeça!

(Ribeiro; Cyrino, 2011, p. 172-173)

Ribeiro e Cyrino argumentam, com relação aos DPs nus indefinidos, em favor

3 <e,t> = propriedade.

da proposta de que o determinante nulo é resultante de um conjunto de traços-phi opcionalmente realizado no componente fonológico. Conforme as autoras, DPs nus indefinidos possuem a mesma estrutura dos DPs com o indefinido *um* realizado; a diferença se encontra na não realização fonológica dos traços dos núcleos funcionais, como ilustrado no exemplo (3) acima, repetido abaixo em (4).

(4) Lá vem Santa, 'marrá um pano na minha cabeça! Minha cabeça tá muito branca! (...) - Sim. Vô 'marrá (um) pano, que cabeça tá muito branca! (....) T'aí tudo branca! Vô marrá (um) pano! Gente vai caçuá da minha cabeça!

(Ribeiro; Cyrino, 2011, p. 181)

As autoras assumem que DPs nus indefinidos têm a mesma interpretação que os DPs com o determinante foneticamente realizado; ocorrem em variação livre, desde que cubram o mesmo conjunto de sentidos. Se houver informações contextualmente dadas, como contexto imediato e discurso anterior, para cobrir a informação adequada, os determinantes podem ficar ausentes. Contudo, não há como afirmar categoricamente quando o determinante deve estar realizado ou não; mesmo nos casos de introdução de um referente novo, o determinante indefinido pode não estar realizado.

Ribeiro e Cyrino mencionam, ainda, que nomes nus, na posição de argumento, se submetem a duas condições. São elas: i) licenciamento da estrutura; e ii) identificação ou recuperação dos traços de seleção e interpretação, usualmente expressos pelos determinantes. Para essa identificação, tem-se as seguintes estratégias: a) *estratégia default* – interpretação arbitrária, impessoal; b) *estratégia contextual* – identificação pela morfologia verbal; e c) *estratégia extragramatical* (pragmática) – identificação sem morfologia verbal.

Dessa forma, para as linguistas, nos dialetos que compõem os *corpora* investigados, não há uma variação livre, antes, a estratégia extragramatical é operante, com os informantes recorrendo sempre a situações discursivas e/ou pragmáticas na identificação das categorias vazias D quer como sujeito, quer como constituinte do DP.

Ribeiro e Cyrino defendem também que DPs nus definidos, assim como os DPs nus indefinidos, podem ser alternados com DPs definidos que exibem os artigos *o/a* realizados com valores específicos ou inespecíficos. O caso de (5), a seguir, sinaliza que a presença/ausência do artigo depende das pistas necessárias ao ouvinte sobre os referentes adequados nas referências anafóricas específicas. No exemplo mencionado, a pista é a leitura de posse inalienável, porém não ocorre apenas só nessa interpretação.

(5) (Falando sobre cobra) eu foi, botô mão nas n'água, pocô o côdom, eu: paquete, paquete, paquete, paquete, paquete, paquete, até [ ] bicha ficô desse tamain assim ININT botô o cabeça pra báxo ININT aí na roça! Ave Maria![4]

(Ribeiro; Cyrino, 2011, p. 186)

Segundo as pesquisadoras, o comportamento variável do artigo definido parece estar relacionado com a acessibilidade do referente. Tendo em vista que há mais de um referente na situação discursiva, o reconhecimento do referente é marcado com o artigo definido quando o referente é *cobra* e com determinante nulo no que tange ao falante. *Bicha* é um nome anafórico que só pode retomar *cobra*, logo o determinante nulo não leva a qualquer interpretação inadequada.

4 Conforme as autoras, a interpretação das expressões nominais são: a) *botô mão* (mão da informante); b) *pocô o côdom* (quebrou o tronco da cobra); c) *até bicha ficou*.... (anafórico de cobra); d) *botô o cabeça* (a cabeça da cobra).

Em síntese, estruturalmente, as autoras assumem que, tanto no caso de DP nu indefinido quanto de DP nu definido, a estrutura é a mesma e o determinante nulo resulta da não realização fonológica dos traços de D. Para elas, nos dois casos, a presença/ausência de determinante é resultado de uma regra geral de recuperação situacional/pragmática dos valores referenciais dos DPs.

Outras evidências podem assegurar a possibilidade de os nomes nus no PB denotarem o traço [+específico], uma leitura referencial. Wall (2013), por exemplo, relata que essa possibilidade ocorre com frequência bastante considerável na posição de sujeito e raramente na posição de objeto. Entretanto, Moore Neves (2019), em estudo sobre o Português Afro-Brasileiro de Helvécia, no interior da Bahia, identificou um considerável número de ocorrências de nominais nus objetos denotando os traços [+específico] [+definido][5]. Através de uma quantificação de dados, a autora traçou o perfil da variação apresentada.

Moore Neves menciona que, na análise realizada, foram identificados como condicionantes do uso do determinante zero (doravante, Det Ø), além de outros aspectos, a presença de outro material que atribui referencialidade que, para ela, reflete o caráter multifuncional dos DPs no Português Afro-Brasileiro de Helvécia, apontando a importância da interface entre o nível gramatical e o extragramatical para derivar interpretações corretas, possibilitando, desse modo, a leitura específica e definida. Este fator foi incluído na análise, de acordo com Moore Neves, considerando a afirmação de Dante Lucchesi de que o crioulo cabo verdiano apresenta evidências de que o uso do artigo definido é inibido quando outros constituintes capazes de atribuir referência ao DP estão presentes, com destaque para os PPs. Logo, ela procurou averiguar se o mesmo acontecia no dialeto do interior da Bahia.

Moore Neves relata que, após as revisões dos dados, chegou a um total de 605 nominais objetos referenciais. O uso majoritário do *corpus* analisado é de artigos definidos (63% - 382 dados), seguido do demonstrativo (19% - 113 dados) e do Det Ø (18% - 110 dados). Em (6), estão ilustradas as possibilidades de uso do mais recorrente para o menos recorrente.

(6) a. Ficava um mês, minhas féria, depois déxava **a velha** aqui...

b. E ela só tem **esse filho**.

c. Nun tá veno **marca** daqui on...?

(Moore Neves, 2019, p. 169)

Moore Neves explica que a análise mostrou que há um favorecimento moderado do Det Ø quando há outro elemento capaz de contribuir para a referencialidade do nome. Diferentemente, se não há nenhum outro constituinte atribuindo o valor referencial ao nome, o Det Ø é ligeiramente desfavorecido. Assim, segundo ela, os resultados confirmam que o que acontece no crioulo cabo verdiano também se aplica ao Português Afro-Brasileiro de Helvécia, ou seja, a presença de outro elemento capaz de atribuir

5 De acordo com autores como Lyons (1999) e Cowper e Hall (2002), nomes que denotam o traço [+definido] são aqueles antecedidos por um determinante definido, capaz de indicar que o referente da expressão nominal é familiar e/ou identificável por falante e por ouvinte. Nomes com o traço [-definido] são aqueles em que os determinantes não conseguem indicar que o referente de uma expressão nominal é imediatamente identificável pelo interlocutor. Já nomes com o traço [+específico] são aqueles capazes de fazerem referência a algo particular do mundo. A presença do traço [+específico] num nominal indefinido torna o referente identificável para o falante, consequentemente, tem-se uma expressão referencial. Este é o posicionamento assumido por este trabalho.

referencialidade ao nome inibe o uso de um determinante foneticamente realizado.

Conforme a pesquisadora, entre os elementos capazes de contribuir para a referencialidade no nome nu, estão: a) adjetivo – favorece fortemente o Det Ø; b) advérbio locativo – favorece moderadamente o Det Ø; c) PP – favorece levemente o Det Ø; e d) possessivo – favorece levemente o Det Ø. Esses casos estão exemplificados, respectivamente,em (7).

(7) a. Anjo de Guarda dele é fóte, topô *onça* **morto**...

b. fez *operação* lá no...no... **em Belo Horizonte.**

c. qu'eu tava sentino, assim, *negoço* **duma fraqueza**...

d. eu peguei *carta* **dela**.

(Moore Neves, 2019, p. 164)

Por outro lado, ela aponta que a oração relativa e o aposto, fatores que também contribuem para a referencialidade do SN, ocorrem, no *corpus*, desfavorecendo o Det Ø. Moore Neves salienta que esse comportamento chama a atenção, uma vez que esses dois fatores seriam, em teoria, casos de forte atribuição de referencialidade.

Na literatura também se discute que nomes nus com leitura específica compõem, com muita frequência, títulos e *lides* de notícias, uma observação que se mostra relevante para este estudo, haja vista que os dados que constituem o *corpus* deste artigo são, em sua maioria, títulosde notícias.

Para Possenti (2014), embora títulos e *lides* de notícias não tragam determinantes explicitamente, a interpretação dos nomes aparentemente nus é sempre específica, dado que o referente que o leitor precisa alcançar já pode fazer parte do seu conhecimento através de outras notícias, a julgar que um jornalista não tem a segurança de que sua notícia é a primeira a qual o leitor teve acesso.

De acordo com Kabatec (2007), manchetes ou títulos de notícias, por especificidade do gênero, tendem a omitir os determinantes. Kabatec explica que, em estilo telegráfico, por questões de espaço, é eliminado tudo o que é considerado supérfluo e que, no Brasil, tanto nos títulos quanto dentro dos próprios artigos de jornais, a omissão do artigo é bastante comum, sendo praticada de maneira generalizada.

NOMES NUS SÃO OBJETOS INCORPORADOS NO PB?

Na perspectiva de Saraiva (1992, 1996) e de Taveira da Cruz (2008), o PB admite construções de objeto incorporado. Entretanto, antes de apresentarmos a visão desses autores, trazemos a definição desse fenômeno e os aspectos que o caracteriza nas línguas naturais em que ocorre.

O fenômeno da incorporação nominal vem recebendo atenção considerável na literatura linguística. Ele tem sido definido como um processo em que um elemento nominal é incorporado em um elemento verbal, formando um predicado composto de significado unitário (Mithun, 1984; Dayal, 2015 etc.). A incorporação nominal, geralmente, tem como alvo um dos argumentos de um verbo, mais tipicamente, um objeto direto.

A incorporação nominal, segundo Mithun (1984), é um processo lexical, não sintático, o qual acontece ao longo das mudanças da língua e não necessariamente em uma determinada língua. No que diz respeito às suas propriedades, estudos têm apontado que existem algumas restrições lexicais ao nome incorporado, mesmo nas línguas em que a construção é altamente produtiva. A natureza dessas restrições, para Borik e Gehrke

(2015), parece ser conceitual e/ou pragmática, ao invés de estritamente semântica ou sintática. Em particular, para essas autoras, as construções com nomes incorporados, normalmente, se referem a atividades reconhecíveis, típicas ou "institucionalizadas", em outros termos, atividades que são comuns e facilmente identificáveis. Assim, todo constituinte incorporado, frequentemente, denota uma afirmação genérica ou se refere a atividades habituais. Isso fica evidente no exemplo do Tupinambá, língua indígena do Brasil, em (8), que fala sobre lavar a face. Para Mithun, esse é um tipo de atividade típica que os humanos realizam regularmente e que vem com seu próprio *script*.

(8) *a-s-oßá-éy*
I-him-face-wash
'I face-washed him'.
"?Eu lavei-face dele".

(Adaptado de Mithun, 1984, p. 857)

A atividade institucionalizada é apontada por muitos autores (Mithun, 1984; Dayal, 2015 etc.) como uma das propriedades-chave do fenômeno da incorporação nominal. Além disso, os estudos têm sinalizado que outros aspectos podem caracterizar esse fenômeno. Dentre eles, são citados: a) ser um nome nu, sem marcas de caso, número e definitude; b) não ocorrer modificado; c) não denotar leitura específica.

O nome incorporado, portanto, é um núcleo nominal, um N^0, e não uma frase nominal.Contudo, esse tipo de incorporação, considerado canônico, não é encontrado em línguas comoo hindi (Dayal, 2015) e o húngaro (Borik; Gehrke, 2015), pois algumas das características apontadas acima, podem ser vistas nessas línguas. No hindi e no húngaro, por exemplo, o nome nu incorporado pode apresentar marcação de número e de Caso acusativo. Essa possibilidade, na literatura, é apontada como características de um fenômeno denominado pseudo-incorporação, uma vez que o que se incorpora é um NP. Em (9), tem-se exemplos de casos de pseudo-incorporação no hindi, com marcação de plural, (9a) e (9b), e marcação de caso, (9b).

(9) a. anu baccaa sambhaaltii hai
'Anu child manages'
'Anu looks after children'.
"Anu cuida de crianças".

b. anu bacce-ko sambhaaltii hai
'Anu child-acc manages'
'Anu looks after the child'.
"Anu cuida da criança".

(Adaptado de Dayal, 2015, p. 49)

De acordo com Borik e Gehrke (2015), outro aspecto que não define a incorporação nominal, mas que pode ser visto nas línguas pseudo-incorporadas, é a modificação do nome nu, como em (10), um exemplo da língua hindi.

(10) anu sirf puraanii kitaab becegii
'Anu only old book sell-FUT'
'Anu will only sell old books'.
"Anu só vai vender livros antigos".

(Adaptado de Borik; Gehrke, 2015, p. 20)

Todavia, Borik e Gehrke esclarecem que nem todo tipo de modificação é permitido, por exemplo, a modificação por oração relativa; já a modificação por adjetivo, sim, desde que preserve a relação de atividade prototípica entre o verbo e o nome. As autoras explicam, ainda, que a incorporação e a pseudo-incorporação[6] nominal possuem

6 O termo pseudo-incorporação, segundo Dayal (2015, p. 73), foi estendido por Carlson (2006) para cobrir a possibilidade de incorporar DPs introduzidos por um artigo definido, porém sem leitura de unicidade, no inglês, como *I'll read the newspaper when I get home* (Vou ler o jornal quando chegar em casa), o qual é visto como um caso de "definido fraco". É nessa leitura que repousa a reivindicação de incorporação, que só ocorre em uma posição que pode ser plausivelmente argumentada como um alvo para incorporação, a posição de objeto. Dayal argumenta que

algumas propriedades em comum: ausência de definitude; ausência de referencialidade; ausência de determinante e presença de leitura de atividade institucionalizada.

Em suma, para Borik e Gehrke, o que, de fato, une os dois fenômenos é a ideia de prototipicidade, isto é, a construção incorporada resultante indica um subtipo de um evento expresso pelo verbo. O nome não denota de forma independente, no entanto, junto com um verbo, nomeia uma ação unitária ou uma atividade institucionalizada, uma atividade que é reconhecível como bem estabelecida.

Essa restrição semântica de denotar uma atividade institucionalizada, reconhecida como específica pelos falantes de uma língua, é também apontada por Taveira da Cruz (2008) como peça fundamental para detectar a incorporação nominal no PB. Na subseção seguinte, tratamos da visão desse autor, assim como da visão de Saraiva (1992, 1996) sobre o fenômeno em discussão.

A incorporação nominal no PB: Saraiva (1992, 1996) e Taveira da Cruz (2008)

O estudo de Saraiva (1992) foi um dos primeiros a afirmar explicitamente que o PB admite incorporação nominal. Ao fazer isso, a autora baseou-se em evidências morfossintáticas, como as que se verificam nos exemplos em (11).

(11) a. Fui **buscar menino** no colégio.

b. [...] mas aí (as doentes mentais) foram **pegar carona** e lá é BR, fica super escuro, agora é que eles estão colocando luzes lá.

(Saraiva, 1992, p. 10-11)

Segundo Saraiva, os nomes objetos dos verbos negritados, em (11), apresentam-se em sua forma básica, ou seja, sem flexão de número, e não veem acompanhados de determinantes, adjetivos ou quaisquer outros elementos modificadores. Ademais, ela aponta que esses nomes são não referenciais, haja vista que não se referem a algo particular/específico do discurso, e argumenta que os elementos destacados constituem uma única ideia. Assim, para a linguista, a incorporação do nome objeto ao verbo "aproxima-se de outros fenômenos que resultam na supressão do "status do objeto direto" e, consequentemente, na redução da transitividade da oração como um todo" (Saraiva, 1992, p. 14).

Em seu estudo de 1992, Saraiva busca mostrar que qualquer nome nu objeto singular éum nome incorporado no PB, independentemente do tipo de verbo e do tipo do nome, da circunstância semântica, pragmática, do tempo verbal, do contexto, se genérico ou episódico. Além disso, ela sugere que as construções incorporadas podem ser distribuídas em três gruposdistintos. No primeiro grupo, estariam incluídas as construções que ela considera como mais ou menos consagradas, estereotipadas, muitas das quais devem ser interpretadas metaforicamente, melhor dizendo, aquelas que podem ser citadas como expressões de "xingamento", como a que aparece em (12a). No

um dos fatores que levam a tomar essa sentença como um caso de pseudo-incorporação nominal é o escopo estreito, visto que o nome se comporta como indefinido inespecífico. Já Borik e Gehrke (2015, p. 33), afirmam que uma condição, talvez, a mais importante delas para a caracterização de Carlson dos definidos fracos ingleses como casos de pseudo-incorporação, é a combinação V+N, encabeçado por artigo definido, nomear uma atividade institucionalizada, como em *Lola went to the store (to do shopping) vs. #Lola went to the store to pick up a friend* (Lola foi até a loja (fazer compras) vs. #Lola foi até a loja buscar um amigo). Nesse exemplo, *the store* 'a loja', sob uma leitura definida fraca, não é apenas qualquer loja que é movida por algum motivo aleatório, mas a loja para a qual se vai fazer compras, uma atividade institucionalizada. Essa, portanto, é a propriedade em comum entre a incorporação nominal, junção de V+N, e a pseudo-incorporação nominal, seja na junção de V+NP ou V+DP.

segundo grupo, estariam as sentenças que ela denomina construções produtivas, isso porque o complemento é considerado menos previsível, menos estereotipado, como as que vemos em (12b). Já no terceiro grupo, estariam aquelas construções cujo conjunto verbo/objeto pode ser substituído por um verbo cognato do nome complemento. Muitas delas, conforme a autora, apresentam um PP – complemento do nome objeto – referido ao nome incorporado, como pode ser verificado em (12c)

(12) a. Vai **plantar batata**.

b. Essa água não é própria para **fazer comida**, só para lavar vasilha.

c. Ele **fez uso** de drogas e bebidas durante muito tempo. (= usar)

(Saraiva, 1992, p. 35-38)

Contudo, em sua tese de doutorado (Saraiva, 1996), a pesquisadora faz uma distinção entre as construções que considera como fazendo parte do grupo um e as construções que assume como parte do grupo dois, nomeando as primeiras de expressões lexicalizadas ou expressões idiomáticas, uma vez que apresentam um significado não composicional, e as segundas de construções produtivas ou de construções com nome incorporado propriamente ditas.

Por sua vez, Taveira da Cruz (2008), com base em evidências morfossintáticas e, principalmente, semânticas, nos moldes de Mithun (1984), afirma que a incorporação de nome nu objeto, no PB, só acontece em alguns casos: quando remete a uma *atividade institucionalizada*, que os falantes nativos sabem reconhecer, como a exemplificada em (13).

(13) Pedro jogou bola.

(Taveira da Cruz, 2008, p. 94)

O linguista destaca que a bola é um objeto usado em vários esportes, porém, em (13), o único esporte possível é o futebol. Para o autor, essa é uma das propriedades caracterizadoras das construções incorporadas, isto é, o fato de o falante reconhecer como significando uma atividade institucionalizada. Segundo Taveira da Cruz, tal restrição semântica pode ser um mecanismo que auxilia na separação de estruturas incorporadas das estruturas não incorporadas.

Taveira da Cruz pontua que nas construções incorporadas, como em (13), o nome objeto não pode ser topicalizado, nem ser retomado anaforicamente, pois não mantém a interpretação incorporada, como se observa em (14).

(14) a. **#Bola**, Pedro jogou.

b. Pedro jogou bola. **#Ela** estava murcha.

(Taveira da Cruz, 2008, p. 95)

O pesquisador argumenta que, ao mover o nome nu *bola*, em (14a), para a periferia esquerda da sentença, a construção deixa de denotar que o falante está se referindo a atividade institucionalizada de jogar futebol, perdendo a leitura incorporada. Desse modo, passa a expressar somente a leitura composicional, de que há uma bola e que Pedro a jogou. Da mesma maneira, em (14b), ao ser retomado pelo pronome *Ela*, o nome nu *bola* não denota a leitura incorporada e recebe uma interpretação composicional.

Na tentativa de tornar essa discussão sobre clivagem e retomada anafórica ainda mais clara, Taveira da Cruz apresenta os exemplos em (15).

(15) a. O João tomou café hoje às sete horas da manhã.

b. Café, o João tomou. (não chá)

c. O João tomou café. #Ele estava muito quente.

(Taveira da Cruz, 2008, p. 95)

No entendimento do linguista, em (15a), a construção é ambígua. Em primeiro lugar, isso ocorre porque é possível ter uma ver-

são incorporada, haja vista que tomar-café remete a uma atividade que é de conhecimento dos falantes do PB. Neste caso, não está em foco o café em si, mas o evento de tomar-café, mais precisamente, o da manhã, isso tanto é verdade que, para (15a) ser aceita na interpretação incorporada, não é preciso, necessariamente, haver café; é possível que João tenha tomado chá com biscoitos nesse evento de tomar-café e, ainda assim, a sentença é verdadeira, visto que o que importa é o evento e não o café propriamente dito. Em segundo lugar, é possível ter a versão não incorporada, e, neste caso, o que está em foco é o próprio café, portanto essa interpretação não remete ao evento de tomar-café, porém ao evento de tomar, que é saturado pelo nome nu objeto café. Para o autor, os exemplos em (15b) e (15c) só aceitam essa segunda leitura.

Dessa forma, Taveira da Cruz afirma que as sentenças em (13) e (15a) admitem a versão incorporada, que remete a uma atividade institucionalizada, não podendo o nome nu objeto ser focalizado/topicalizado ou retomado anaforicamente, e, na versão não incorporada, o nome nu objeto somente satura o verbo.

O estudioso mostra, ainda, que existem outras formas no PB que remetem a uma interpretação incorporada ou não incorporada, como se vê em (16).

(16) a. Pedro jogou bola com João. (incorporação)

b. Pedro jogou bola pro João. (não incorporação)

(Taveira da Cruz, 2008, p. 96)

De acordo com o autor, é possível afirmar que (16a) apresenta uma intepretação incorporada, porque jogar-bola é uma atividade típica para os falantes do PB. Todavia, em (16b), o nome nu objeto bola simplesmente satura o verbo, podendo, dessa maneira, ser analisado dentro de um quadro que considera que o objeto é do tipo semântico <e>, ou seja, uma entidade. Taveira da Cruz relata que é a partir de exemplos como (16a) que a hipótese de que o nome se incorpora ao verbo, restringindo a ação a uma atividade típica, é mais plausível. Para ele, tendo em vista que a incorporação envolve a posição de objeto, é mais um motivo para se acreditar que a incorporação seja uma opção no exemplo em (16a).

Taveira da Cruz continua sua análise pontuando, assim como fez Saraiva (1992, 1996), que, em construções incorporadas, determinantes não podem aparecer entre o verbo e o nome, do contrário a leitura incorporada se desfaz[7]; nem mesmo o plural nu deixa a sentença com o sentido de nome incorporado. Esses comportamentos são ilustrados, respectivamente, em (17).

(17) a. Pedro jogou #a/uma/esta bola com João. (não incorporação)

b. Pedro jogou #bolas com João. (não incorporação)

(Taveira da Cruz, 2008, p. 96)

O linguista chama a atenção, ainda, para os casos de tomar café que apresentam ambiguidade, como em (18).

(18) a. O João tomou café às cinco horas. (incorporação)

b. O João tomou café quente. (não incorporação)

(Taveira da Cruz, 2008, p. 97)

7 Ana Paula Scher (comunicação pessoal) apontou que é possível ter a presença de determinantes entre o verbo e o nome e a leitura de atividade institucionalizada não parece ser desfeita, como em João tomou o seu café às 5 da manhã. Nesse caso, conforme sinalizou Scher, não significa necessariamente que João tenha tomado café; pode ter tomado suco, chá etc., mostrando que o que está em foco é a atividade e não o produto em si. Essa observação parece se aproximar de pseudo-incorporação envolvendo definidos fracos, conforme relatado na nota 6.

Para Taveira da Cruz, em (18a), tem-se a versão incorporada, já que o bloco V+N representa uma atividade reconhecida pelos falantes do PB: o evento de tomar-café. Por outro lado, em (18b), tem-se a versão não incorporada, em que o nome nu objeto apenas satura o verbo e o adjetivo é mais uma prova de que café parece funcionar como um argumento do verbo. Para tanto, o autor trabalha com a hipótese de que na versão não incorporada o nome nu na posição pós-verbal é, como defende Longobardi (1994), um DP com determinante nulo.

Essa ambiguidade, então, leva Taveira da Cruz a propor que a incorporação nominal é uma opção no PB. Assim, segundo ele, parece possível considerar que, no PB, o nome nu objeto: a) ora é um DP (do tipo <e>), quando é não incorporado; e b) ora é um NP (do tipo <e,t>), quando é incorporado.

CONSTRUÇÕES COM VERBO LEVE NO PB: PROPRIEDADES CARACTERIZADORAS

Construção com verbo leve (doravante, CVL) tem sido caracterizada pelo seu conteúdo semântico ser determinado não pelo verbo, mas pelo elemento nominal que o complementa. Devido à sua contribuição semântica limitada, verbo leve foi definido como predicado semanticamente defeituoso, com estrutura de argumentação incompleta ou mesmo vazia. A suposição é que verbo leve deve combinar com outro predicado, a fim de licenciar os argumentos da sentença.

No PB, em que o fenômeno de formação de CVL é bastante produtivo, uma das propriedades tomada como caracterizadora desse tipo de construção é a impossibilidade de combinação do verbo leve com um nome referencial. Castilho (2010) argumenta que o verbo leve apresenta uma forte solidariedade com o nome que o segue, ao qual não atribui caso, e aponta que esse nome deve dispor de baixa referencialidade, não ocorre antecedido por especificadores e não funciona como argumento interno do verbo, por isso não é proporcional a um pronome. Esses comportamentos, apontados por Castilho, estão ilustrados, respectivamente, em (19) e (20).

(19) a. Esse menino só [faz perguntas]. (sem especificador → verbo leve)

b. Esse menino só faz [as perguntas que os outros evitam.] (com especificador ecomplementador → verbo pleno)

(20) a. Os aposentados já se deram conta da inutilidade de suas reclamações.

a'. *Os aposentados já deram-na da inutilidade.

b. Ele não pode fazer uma síntese.

b'. *Ele não pode fazê-la.

(Castilho, 2010, p. 410-411)

Para Castilho, esses testes servem para mostrar que verbo mais nome operam integradamente como um núcleo do sintagma verbal, inexistindo fronteiras sintáticas entre eles. Cumpre-nos salientar, porém, que a sentença em (20a/a'), a qual o autor considera como sendo de verbo leve, é assumida como expressão idiomática por alguns pesquisadores (Bianchi, 1993; Scher, 2004; Figueiredo-Silva, 2011, entre outros), haja vista que o significado não é obtido pelas partes que compõem a construção (se deram conta = perceberam). Algumas expressões idiomáticas, conforme Bianchi (1993), apresentam um grau de congelamento, isto é, uma certa fixidez que impede a realização de alguns movimentos sintáticos. Já Figueiredo-Silva (2011) afirma que, em expressões idiomáticas, verbo mais nome formam, por meio de um processo sintático de reaná-

lise, um predicado único, alertando que não se trata de incorporação do objeto no verbo.

Sobre a questão de um nome que se combina com um verbo leve não expressar referencialidade, Moura Neves (1996) já dizia que quanto mais referencial for o nome, menorserá a sua contribuição para a composição do esquema predicativo e mais ele se afastará da função que caracteriza os nomes que, geralmente, entram nas construções prototípicas de verbos leves, que, segundo ela, são aquelas em que o nome objeto ocorre sem determinante. A autora ressalta que a posição do objeto direto é extremamente relevante para a configuração do significado da CVL, em outros termos, para o estabelecimento da natureza do esquema predicativo, e que essa posição é tanto mais importante para essa função quanto menos referencial for o nome objeto.

Moura Neves explica, ainda, que dizer que o nome complemento do verbo leve é prototipicamente não referencial não significa desconsiderar a ação de condicionantes que, em diferentes graus, podem atualizar o potencial de referenciação conferido ao nome por seus atributos categoriais. Para a estudiosa, mesmo nomes que são não referenciais em seu contexto de ocorrência podem propiciar retomada anafórica, por uma espécie de reanálise desse contexto. Essa possibilidade, na ótica de Moura Neves, é mais restrita se se põe em consideração a retomada por pronome pessoal, como em (21). Entretanto, é mais ampla se se pensar numa retomada por um determinante, como em (22).

(21) a. eu até gostaria de **fazer ginástica**...

b. eu até gostaria de fazer ginástica ... mas que **ela** não fosse violenta.

(22) a. ele além de assistir aula ... ele é obrigado a **fazer estágio** em todas as ... especialidades.

b. ele além de assistir aula ... ele é obrigado a **fazer estágio** em todas as ... especialidades ... e **esse** estágio não é curto.

(Moura Neves, 1996, p. 213)

Moura Neves (1996) complementa sua argumentação destacando que o que bloqueia o aparecimento de um nome referencial na formação de uma CVL é o grau de referencialidade e de definitude que ele possui. A autora relata que nomes encabeçados por artigos definidos podem formar CVLs no PB, como se verifica em (23).

(23) a. então você tem que recorrer mesmo... àquilo que já existe que é a dogmática... e interpretar a **dar a sentença**...não é?

b. e como é que .... a gente testa você já falou al/alguns dos mecanismos de como vocês **fazem a verificação** de aproveitamento dos alunos né?

(Moura Neves, 1996, p. 209)

Em Alves e Scher (2020) e em Alves e Figueiredo (2023), também é proposto que é possível haver CVL com expressões nominais definidas. Assim, tendo em vista essa discussão, assumimos um posicionamento que se aproxima dessas autoras, ou seja, as CVLs do PB podem ser formadas com nome encabeçado por determinante definido e indefinido ou ocorrer com nome sem determinante foneticamente realizado, podendo ou não denotar leitura referencial, como exemplificado em (24).

(24) a. João disse que só **deu a mordida** em Maria porque teve um ataque de fúria.

(nome: +definido; +específico/referencial)

b. Maria **deu uma realçada** na maquiagem.

(nome: -definido; -específico/não referencial)

c. Maria **faz caminhada** noturna recomendada pelo cardiologista dela.(nome: +específico/referencial)

Uma outra propriedade citada frequentemente como definidora de CVLs é a possibi-

lidade de elas serem parafraseadas com um verbo pleno base derivante do nome (Scher, 2004; Duarte et. *al*, 2009; Alves, 2022 etc.), como se verifica em (25).

(25) a. Maria **deu uma arrumada** na casa.

(= Maria **arrumou** a casa.)

b. Os fiscais **fizeram uma inspeção** nas contas da prefeitura.(= Os fiscais **inspecionaram** as contas da prefeitura.)

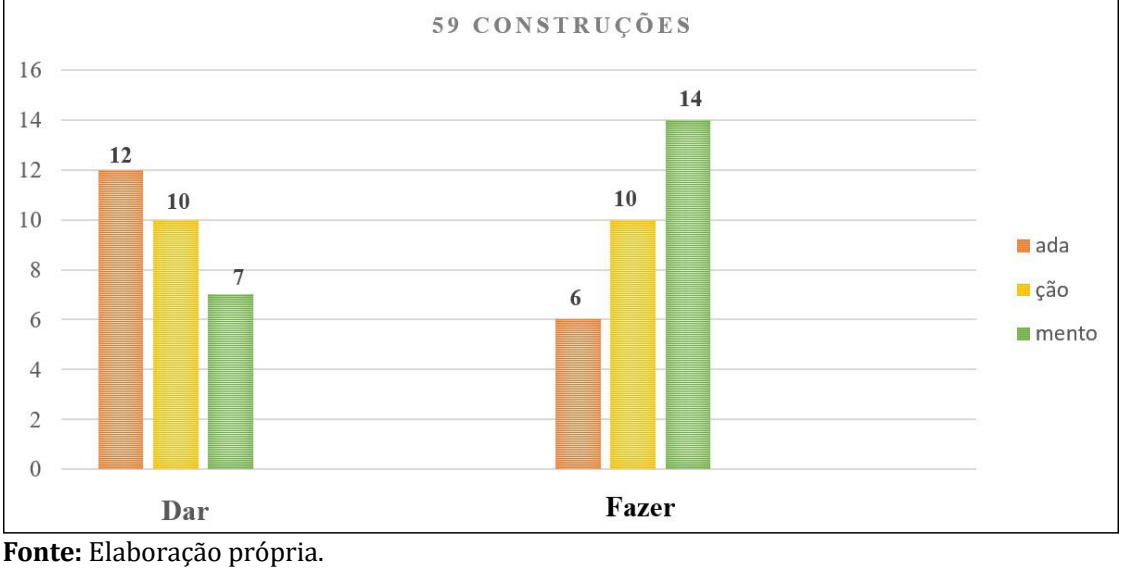
No entanto, Moura Neves (1996) afirma que essa correspondência não deve ser assumida como um critério para identificação de CVLs, visto que a paráfrase não se aplica a todos os casos que são, geralmente, considerados como tal. Alba-Salas (2002), contudo, enfatiza que o teste da paráfrase se aplica à maioria das CVLs do inglês e das línguas românicas e Duarte et. *al* (2009) consideram a paráfrase como uma característica das CVLs do português europeu. Scher (2004) também trata dessa questão e ressalta que a possibilidade de paráfrase por um verbo pleno base da nominalização é uma das principais diferenças entre CVL e expressão idiomática no PB. Conforme a autora, as CVLs têm sua interpretação construída composicionalmente, isto é, seus elementos, portadores de informações relevantes para a leitura da construção, participam da composição do significado resultante da combinação desses elementos de forma ativa, já nas expressões idiomáticas, cada uma das partes que as compõem pode assumir significados imprevisíveis. À vista disso, não há como dizer que os significados das partes das expressões idiomáticas, por exemplo, "João não dá a mínima pros problemas que tem na vida = não se preocupa; não se interessa", levam ao significado do todo representado por essas expressões.

O posicionamento adotado por este estudo sobre a questão da paráfrase vai ao encontro do de Scher (2004) e Duarte et. *al* (2009). Em outras palavras, consideramos que a paráfrase é uma das propriedades que pode definir as CVLs do PB, porque se aplica às ocorrências do *corpus* deste artigo.

AS CONSTRUÇÕES COM NOMES NUS OBJETOS NO *CORPUS*: CVLS OU CASOS DE INCORPORAÇÃO NOMINAL?

As ocorrências do *corpus* com nomes nus objetos são 59: 29 com o verbo *dar* e 30 com o verbo *fazer*, como se verifica pela distribuição no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Sentenças com nomes nus



Fonte: Elaboração própria.

Como discutido anteriormente, nomes nus podem ter o traço [+específico], isto é, indicar leitura referencial (Ribeiro; Cyrino, 2011; Possenti, 2014; Moore Neves, 2019), e uma das evidências para isso é o fato de ocorrerem modificados por constituintes que particularizam o elemento nominal. No *corpus* contém dados que apresentam esse comportamento. Das 29 sentenças com o verbo *dar*, 22 aparecem com nomes nus modificados[8], sendo 19 por adjetivo e 3 por PP, como se verifica nos exemplos em (26), em que esse verbo está associado aos nomes formados pelos sufixos –*ada*, -*ção* e -*mento*.

(26) a. [...] ela mandou que eu a chamasse de rainha, rainha Maria Padilha dos infernos, pois em auto bom som mim disse: que era amante do sócio do inferno e **deu gargalhada** *estrondosa*[9].

b. A exploração do carvão **deu sustentação** *econômica* à localidade durante

c. A saia Palms virou vestido; O cropped Palms **deu acabamento** *de manga*[10].

Os nomes nus objetos dos exemplos em (26), têm leitura específica, pois os constituintes adjetivos e PP estão atuando de modo a particularizar o evento expresso pelo nome. Assim, pode-se dizer que temos, nesses casos, nomes com valor referencial, em razão do fato de serem identificáveis, no mínimo, pelo falante.

Nas sentenças com o verbo *fazer*, os nomes nus também apresentam leitura específica.Do total de 30 ocorrências, 22 têm nomes nus modificados[11], sendo 18 por adjetivo, 3 por advérbio locativo e 1 por PP, como se vê em (27), também com as nominalização em -*ção*, -*mento* e -*ada*.

(27) a. No período, ela **fez modificações** *estruturais* como quebrar uma parede e parte do muro para ter acesso à casa vizinha, onde morava a sogra...[12]

b. Alice Portugal **fez pronunciamento** *na Câmara Federal* em apoio aoseducadores municipais[13].

c. Bruna Tomaselli **fez corrida** *de recuperação* e conquistou mais um pódio no Uruguai ... É o terceiro pódio da catarinense em três corridas[14].

Nos exemplos em (27), os nomes nus, tanto no singular quanto no plural, contêm o traço [+específico], resultante, principalmente, da modificação por elementos atribuidores de referencialidade, tais como adjetivos, advérbios locativos e PP. Dos constituintes que podem contribuir para a leitura referencial do nome nu, o adjetivo é o que ocorre em maior número, seja nas construções com o verbo *dar*, seja nas construções com o verbo *fazer*: são 36 ao todo. Por outro lado, advérbio locativo e PP surgem em menor número; já oração relativa e aposto, não aparecem. Esse resultado vai ao encontro daquele identificado por Moore Neves (2019).

8 Os demais nomes nus combinados ao verbo *dar*, embora não estejam modificados, estamos os assumindo comoreferenciais com base em outros motivos que serão discutidos na sequência.

9 Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=uK7tDwAAQBAJ&pg=PT26&lpg=PT26&dq=deu+gargalhada+estrondosa&source=bl&ots=Kk0UtYWNkm&sig=ACfU3U0a55NLJlzSlcxXic5pe6GW00ANQ&hl=ptBR&sa=X&ved=2ahUKEwjmi8TFavyAhWar5UCHXRrCC04RhDoAXoECCQQAw#v=onepage&q=deu%20gargalhada%20estrondosa&f=false>. Acesso em: 12/08/2021.

10 Disponível em: <https://www.gapaz.com.br/es/instagram/380/1508888175>. Acesso em: 11/04/2021.

11 Idem nota 8.

12 Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/imoveis/2016/02/13/notimoveis,3574039/tipos-de-reforma.shtml>. Acesso em: 14/05/2020.

13 Disponível em <http://www.aplbmunicipal.org.br/>. Acesso em: 12/07/2015.

14 Disponível em: <http://www.kartmotor.com.br/noticias/bruna-tomaselli-fez-corrida-de-recuperacao-econquistou-mais-um-podio-no-uruguai-27597>. Acesso em: 19/04/2021.

Tratamos, agora, dos outros aspectos que parecem contribuir para que os nomes nus do *corpus* tenham uma interpretação específica/referencial. Um deles é o fato de, mesmo não modificados por elementos atribuidores de referencialidade, serem títulos de notícias, como osque vemos em (28a), com o verbo *dar*, que totalizam 4 ocorrências, e em (28b), com o verbo *fazer*, que totalizam 7 ocorrências.

(28) a. Bolsonaro **dá risada** ao falar sobre suposto aumento de suicídio na pandemia[15].

b. MEC **fez alteração** na seleção das vagas remanescentes do Prouni 2021[16].

Em (28), os nomes nus, dado o fato de comporem títulos de notícias, dispensam, por peculiaridade do gênero, a presença de um determinante (Kabatec, 2007), mas, ainda assim, o nome mantém o traço [+específico], já que o referente é identificável pelo falante, como também pode ser familiar ao ouvinte, visto que, como argumenta Possenti (2014), ele já pode conhecer seu referente de outras notícias. Logo, podemos dizer que, nessas sentenças, temos nomes com leitura referencial.

O traço [+específico] do nome nu também pode ser verificado naqueles casos em que se observa um comportamento variável de presença/ausência do determinante, como se nota em (29) e em (30), únicos casos do *corpus* com os verbos *dar* e *fazer* com esse tipo de atuação.

(29) Sigo na linha da base, aqui você pode aplicar com os dedos e **dar o acabamento** com a esponjinha, ou aplicar com um Pincel Língua de Gato pequeno, porém será necessário utilizar ou a esponjinha para **dar acabamento** ou até mesmo um Pincel para Esfumar (sombra!! hahaha eu disse que eles eram versáteis! xD)[17].

(30) Okpunto: É verdade que *polimento* num carro que acaba de sair da concessionária pode prejudicar a pintura? já que ele já vem polido... pq deixei pra lavar pela primeira vez e o cara *deu polimento* com pasta líquida sem eu ter pedido...

GiovaneO: Cara, é o seguinte: Ao **fazer polimento**, voce esta tirando uma camada bem fina, superficial do verniz da pintura.. Uma vez nao vai acabar com a pintura, mas se voce o fizer com frequencia, vai desgastar a pintura do seu carro novinho.. A minha dica é so **fazer o polimento** quando houver necessidade mesmo: pra tirar arranhões superficiais, se houver diferença no brilho das partes, etc..[18]

Em (29), o nome *acabamento* que se associa ao verbo *dar*, na primeira menção, surge encabeçado por um determinante foneticamente realizado, o artigo definido *o*, e, na segunda menção, aparece nu, o que significa, segundo Ribeiro e Cyrino (2011), a manutenção da mesma interpretação. Já em (30), o nome *polimento*, combinado ao verbo *fazer*, na primeira menção, está nu e, na segunda menção, está encabeçado pelo artigo definido foneticamente realizado. Essa variação presença/ausência (cf. (29)) e ausência/presença (cf. (30)) de determinante é possível, pois cobre o mesmo conjunto de sentido, como relataram Ribeiro e Cyrino. Ademais, esse comportamento variável acontece porque as informações, para cobrir a ideia adequada, são dadas pelo contexto, possibilitando que o determinante fique ausente. Em (30), por exemplo, o nome *poli-*

15 Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2021/03/bolsonaro-risadasuicidio pandemia.html>. Acesso em: 14/08/2021.

16 Disponível em: <https://www.prouni.pro.br/prouni/mec-vagas-remanescentes-prouni-2021.html>. Acesso em: 14/08/2021.

17 Disponível em: <https://www.bnyou.art/blog/8-pinceis-coringa-para-sua-automake/>. Acesso em: 17/03/2021

18 Disponível em: <https://puntoclube.com/forum/viewtopic.php?t=2299>. Acesso em: 14/08/2021.

mento aparece em dois momentos na fala do primeiro participante do discurso, Okpunto, permitindo que no primeiro momento da fala de GiovaneO, segundo participante do discurso, o nome surja nu. Os nomes nus, em (29) e (30), portanto, além de expressarem referencialidade, expressam definitude, uma vez que contêm os traços [+específico] e [+definido].

Dessa forma, por denotarem leitura específica e/ou definida, estamos assumindo, em consonância com alguns autores, em especial, Ribeiro e Cyrino (2011), que os nomes nus dessas construções são DPs com determinantes nulos. Além disso, estamos propondo que essas sentenças são CVLs, levando em conta que: a) as construções podem ser parafraseáveis pelos verbos bases derivantes das nominalizações, como veremos melhor a seguir; e b) os nomes são referenciais.

Porém, para que essas afirmativas, de fato, se sustentem, faz-se necessário apresentar outras evidências. Isso é o que tentaremos realizar a partir de agora.

A leitura composicional é outro fator que pode ser tomado para julgar os nomes nus das construções do *corpus* como não (pseudo)incorporados, como nos exemplos em (31).

(31) a. Veja: argentino perde a linha e **dá pisada** violenta em Marinho, do Santos[19]. (= pisa)

b. Pare de falar que a sua empresa **fez transformação** digital se ela apenas se digitalizou[20]. (= se transformou)

As sentenças em (31) podem ser parafraseadas pela forma verbal correspondente às nominalizações, pois têm os significados dos verbos que estão entre os parênteses. As interpretações possíveis, portanto, derivam de um processo composicional, resultante de elementos que compõem a construção. Esse é um comportamento diferente daquele apontado por Taveira da Cruz (2008) para os exemplos que ele assume como casos de incorporação no PB. Ademais, verifica-se que verbo mais nome, nesses exemplos, não exprimem uma atividade típica ou habitual, e a presença dos adjetivos *violenta*, em (31a), e *digital*, em (31b), que modificam os nomes, contribuindo para as suas leituras específicas/referenciais, reafirmam a ausência da leitura de atividade institucionalizada.

Todavia, duas sentenças com o verbo *dar* que apareceram durante as buscas pelos dados nos sítios digitais e que compõem o *corpus* parecem se aproximar dessa interpretação, como se vê em (32).

(32) a. Todo motorista sabe que em dias de frio é mais difícil **dar partida** no carro[21].

b. Já **dei entrada** no seguro-desemprego, quando receberei as parcelas?[22]

As construções em (32), diferentemente das construções em (31), não apontam para uma leitura composicional. Nesses casos, os falantes nativos sabem reconhecer que (32a) não significa partir, porém 'ligar o automóvel' ou 'colocar o automóvel para funcionar', e que (32b) não significa entrar, mas 'iniciar um processo formalmente'. Dessa maneira, o significado das sentenças não decorre dos elementos que as compõem. Logo, parecem se tratar de casos de incorporação

19 Disponível em: <https://www.brasiliensefc.com.br/2021/01/veja-argentino-perde-alinha-e-da-pisada-violenta-em-marinho-do-santos/>. Acesso em: 14/08/2021.

20 Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/transformacaodigital-digitalizacao-digitizacao/>. Acesso em: 18/10/2020.

21 Disponível em: <https://rmservicosautomotivos.com.br/dica/cuidados-ao-dar-apartida-em-seu-carro-nos-dias-frios>. Acesso em: 14/08/2021.

22 Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Informacoes-sobre-o-Seguro-Desemprego>. Acesso em: 27/04/2021.

nominal, a julgar pela leitura de atividade institucionalizada que expressam.

Assim, assumimos que os nomes nus das duas construções do *corpus* em (32), por comporem sentenças que apresentam uma interpretação de atividade institucionalizada, não são DPs e se constituem casos de objeto incorporado, segundo argumentação de Taveira da Cruz (2008). Já as demais construções tratam-se de casos de CVLs, levando em conta que, além de as sentenças não expressarem atividade institucionalizada, os nomes nus: a) ocorrem modificados por elementos atribuidores de referencialidade, assegurando uma leitura específica/referencial; b) têm marca de plural; c) compõem títulos de notícias, denotando especificidade; e d) expressam definitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, discutimos que o PB pode admitir nomes nus referenciais. Iniciamos apontando que Ribeiro e Cyrino (2011) e Moore Neves (2019) defendem tal posicionamento, uma vez que nomes nus podem expressar leitura específica e/ou definida. Na sequência, discorremos sobre a questão de o nome nu objeto ser ou não incorporado no PB. Notamos que há uma divergência de opinião quanto a essa possibilidade, pois, enquanto Saraiva (1992, 1996) assume que a incorporação é um processo produtivo e que, para Saraiva (1992), qualquer nome nu objeto pode ser analisado como incorporado, Taveira da Cruz (2008) advoga a favor da hipótese de que a incorporação é uma opção, ocorrendo apenas nos casos em que verbo mais nome denotam uma leitura não composicional de atividade institucionalizada, que o falante nativo é capaz de reconhecer. No entanto, ambos os autores concordam que a modificação, a marcação de plural e a leitura específica impossibilitam que o fenômeno da incorporação nominal aconteça.

Munida dessas informações, descrevemos o comportamento dos nomes nus do *corpus*, constatando, dentre outros aspectos, que os nomes nus estão, na maioria dos casos, modificados por elementos atribuidores de referencialidade, expressando leitura específica, estão na forma plural, e que as construções denotam leitura composicional e não de atividade institucionalizada. Assim, a partir desses resultados, percebemos que os nomes nus, exceto em duas ocorrências, não são casos de nomes incorporados e sugerimos que as construções sejam analisadas como CVLs, uma vez que tem um DP com determinante nulo, apresentando especificidade.

REFERÊNCIAS

ALBA-SALAS, J. **Light verb constructions in romance:** a syntactic analysis. 2002. Tese (Ph.D. of Philosophy) - Cornell University. Cornell University, 2002.

ALVES, D; SCHER, A. P. O papel dos determinantes nas construções de verbo leve. In: FIGUEIREDO, Cristina. et al. (orgs.) **Língua em movimento**: História e funcionamento das línguas naturais. Edufba, 2020, v. 1, p. 82-102.

ALVES, D. A. **Construções com os verbos leves dar e fazer:** classe única? Uma análise sintático-semântica à luz da Morfologia Distribuída. 2022, 224 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

ALVES, D.; FIGUEIREDO, C. Dar + N-ada e fazer + N-ção/N-mento/N-ada: construções com verbos leves? In: BRANDÃO, E. C. G. *et al*. (orgs.) **História e funcionamento das línguas naturais:** raízes e sementes da pesquisa acadêmica em Letras. Salvador: EDUFBA, 2023, v. 1, p. 237-254.

BIANCHI, V. An empirical contribution to the study of idiomatic expressions. Ms., **Scuola Normale Superiore di Pisa**, Itália. 1993.

BORIK, O.; GEHRKE, B. An introduction to the

syntax and semantics of pseudo-incorporation. In: BORIK, O.; GEHRKE, B. (Editores). **The syntax and semantics of pseudo-incorporation**, 2015, v. 40, p. 1-43.

CARLSON, Greg. A unified analysis of the English bare plural. **Linguistics and Philosophy**,1, 1977, p. 413-457.

CARLSON, G. The meaningful bounds of incorporation. In: VOGELEER, S.; TASMOWSKI, L. **Non-definiteness and plurality**. John Benjamins Publishing Company, 2006, p. 35-50.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

COWPER, E.; HALL, D. C.. The syntactic manifestation of nominal feature geometry. In: **Proceedings of the 2002 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association**. Montréal: Cahiers Linguistiques de l'UQAM, p. 55-66, 2002.

CYRINO, S.; ESPINAL, M. T. Object BNs in Brazilian Portuguese. More on the NP/DP analysis. **Paper presented at CSSP 2011, Le neuvième Colloque de Syntaxe et Sémantique Ã Paris**. Paris: CNRS. Manuscrito não publicado, 2011.

DAYAL, V. Incorporation: Morpho-Syntactic vs. Semantic Considerations. In: BORIK, O.; GEHRKE, B. (Editores). **The syntax and semantics of pseudoincorporation**, 2015, v. 40, p. 47-87.

DUARTE, Inês et. *al*. Predicados complexos do tipo <verbo leve-nome derivado>: uma análise baseada em corpora. **Anais da ABRALIN**, 2009. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/In%C3%AAs%20Duarte.pdf >. Acesso em: 20/07/2021.

FIGUEIREDO-SILVA, M. C. Compostos e expressões idiomáticas no português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 261-277. 2ª parte, 2011.

KABATEK, J. Existe um ciclo de gramaticalização do artigo na romania?. In: RAMOS, J; ALKMIM, M. (Org.). **Para a história do português brasileiro**: estudos sobre mudança lingüística e história social. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG, 2007, p. 13-51.

LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form, **Linguistic Inquiry,** Volume 25, Number 4, p. 609–665, Fall 1994.

LYONS, C. **Definiteness**. Cambridge: University Press, 1999.

MITHUN, M. The evolution of noun incorporation. **Language**, v. 60, nº. 4, p. 847-894, dec., 1984.

MOORE NEVES, P. **Os sintagmas determinantes nus objetos [+específicos] [+definidos] no português afro-brasileiro de Helvécia**. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MOURA NEVES, M. H. Estudo das construções com verbo-suporte em português. In: KOCH, I. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Vol VI: desenvolvimentos. Campinas: Unicamp, 1996.

MULLER, A. The semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese. **Probus 14**,p. 279-298, 2002.

POSSENTI, S. Anáfora e metáfora: entre memória e cognição. **Apresentação oral no 62º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo** (GEL), Campinas, SP, Brasil, na Mesa-redonda: Palavras e coisas: efeitos de referência, designação, referenciação, 2014.

RIBEIRO, I.; CYRINO, S. A estrutura do DP no crioulo de Cabo Verde e no PB de afro-descendentes. **Revista Letras**, nº. 84, p. 169-195, jul./dez. 2011.

ROCHA, L. C. As nominalizações no português do Brasil. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 8, n. 1, p. 5-51, 1999.

SARAIVA, M. E. F. O objeto incorporado em português. **Cadernos de Pesquisa**, V. 2, 1992.

SARAIVA, M. E. F. **O SN Nu objeto em português:** um caso de incorporação semântica e sintática. Tese (Doutorado em Letras-Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, jan./jun.1996.

SCHER, A. P. **As construções com o verbo leve "dar" e as nominalizações em –ada no português do Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

TAVEIRA DA CRUZ, R. **O singular nu e a (pseudo) incorporação no PB**. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WALL, A. The distribution of specific and definite bare nominals in Brazilian Portuguese. In: KABATEK, J.; WALL, A. (Orgs.). **Bare Noun Phrases in Romance**: theory and (empirical) data. Amsterdam: John Benjamins, 2013.

Recebido em: 20/04/2025
Aprovado em: 26/06/2025

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.